

AUTISMO EM ANGOLA: ENTRE O DIREITO À INCLUSÃO E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Roque Vieira João¹
Yuri Ernesto Pedro Chimanga²
Sofia Barroso Zua³
William João Manuel Caiuco⁴
Maria Vilma Coelho Moreira Faria⁵

RESUMO

Grande área Cnpq: Ciências Sociais Aplicadas

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma questão de relevância social e de políticas públicas, considerando a necessidade de garantir às pessoas autistas o pleno exercício dos seus direitos. Em Angola, apesar da existência de instrumentos legais e institucionais voltados à inclusão das pessoas com deficiência, persistem desafios na efetivação desses direitos. Entre os principais instrumentos encontram-se a Lei número 21/12, de 30 de julho, sobre a Pessoa com Deficiência, a Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar, o Plano de Desenvolvimento Nacional de 2023 a 2027 e o Plano de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência de 2023 a 2027. O estudo teve como objetivo analisar a relação entre os direitos legalmente reconhecidos e a sua efetivação na realidade das pessoas autistas em Angola, destacando o papel do Estado e da Administração Pública. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas leis, políticas públicas, planos governamentais, documentos institucionais e fontes oficiais relacionadas ao autismo e à inclusão das pessoas com deficiência. Os resultados indicam a existência de avanços institucionais, como ações de registo e emissão de Bilhete de Identidade para crianças com TEA, iniciativas de intervenção terapêutica e políticas de inclusão escolar. Entretanto, foram identificados desafios relacionados à ausência de dados oficiais públicos e específicos sobre o número de pessoas com autismo em todo o território nacional, à insuficiência e concentração de serviços especializados, às dificuldades de diagnóstico e acompanhamento, à preparação limitada de profissionais da educação e da saúde, às barreiras de acesso à educação inclusiva, ao estigma social e às dificuldades económicas enfrentadas pelas famílias. Conclui-se que, embora Angola disponha de instrumentos legais e políticas públicas voltados à inclusão, ainda existe uma distância significativa entre os direitos formalmente reconhecidos e a sua efetivação. Torna-se necessário fortalecer o financiamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, bem como ampliar a participação das pessoas autistas, das suas famílias e das organizações da sociedade civil na construção de uma Administração Pública mais inclusiva. Nesse sentido, o tema da Semana Universitária impactou o desenvolvimento deste trabalho ao incentivar uma reflexão crítica sobre a relação entre conhecimento académico, inclusão social e atuação do Estado, permitindo evidenciar os desafios enfrentados pelas pessoas autistas em Angola e a necessidade de políticas públicas mais efetivas, inclusivas e comprometidas com a garantia de direitos.

Palavras-chave: Angola; Autismo; Políticas Públicas e Inclusão Social.

UNILAB, Auroras, Discente, roquevieira921@gmail.com¹

UNILAB, Auroras, Discente, chimanga70@gmail.com²

UNILAB, Auroras, Discente, sollyzua@gmail.com³

UNILAB, Auroras, Discente, wmanuel266@gmail.com⁴

UNILAB, Auroras, Docente, vilma.faria@unilab.edu.br⁵